

# Governadores eleitos em 2018 perdem um em cada quatro prefeitos aliados

Proporção de prefeitos em partidos considerados aliados caiu de 43,2% para 32,5%

18.jan.2019 às 2h00

**Carolina Linhares Henrique Curi**

Os [governadores eleitos em 2018](#) têm menos prefeituras aliadas em seus estados. O partido dos novos governadores faz parte da coligação que venceu a eleição municipal de 2016 em 32,5% das cidades do país —em 11,5% delas, prefeito e governador são do mesmo partido.

Para os governadores eleitos em 2014, considerando os prefeitos eleitos em 2016, a proporção de prefeituras aliadas era de 43,2%, uma queda de quase 11 pontos percentuais. A taxa de prefeitos e governadores da mesma sigla chegava a 19,5%.

Um em cada quatro prefeitos aliados deixou de sê-lo em função dos novos eleitos. Os dados consideram apenas alianças partidárias, mas há casos em que prefeitos e governadores se aliam mesmo em situação de oposição —ou são inimigos na mesma sigla.

O levantamento realizado pela **Folha** com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que a proporção de prefeitos [considerados aliados](#) caiu significativamente em alguns estados, como Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, por exemplo.

No sul, o MDB de José Ivo Sartori, eleito em 2014, estava na coligação vencedora em metade dos municípios. O índice caiu para 30% com a

eleição de Eduardo Leite (PSDB).

No Rio Grande do Norte, Robinson Faria (PSD) tinha aliados em 71 prefeituras, 43% do total. Fátima Bezerra (PT) terá 39 prefeitos (23%).

O que também influenciou a queda na taxa de prefeitos aliados foi a [eleição em 2018 de partidos antes inexpressivos](#), como o PSL em Roraima, Rondônia e Santa Catarina, e o Novo, em Minas Gerais.

Em Santa Catarina, a queda de prefeitos aliados chegou a 96% —de 140 para 6.

Minas, que é o estado com maior número de cidades (são 853), passou de 29% de prefeituras aliadas ao PT de Fernando Pimentel para zero, com Romeu Zema (Novo). O partido, registrado em 2015, não lançou candidatos a prefeito no estado em 2016.

Estudiosos consultados pela reportagem avaliam que a desconexão entre prefeitos e governadores não vai durar muito —não é um bom negócio estar na oposição.

“Todo prefeito está de olho em como atrair recursos para o município. Geralmente, eles mudam de partido após a eleição de governadores para não perder esse acesso”, afirma George Avelino Filho, professor de ciência política da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP).

A competição por verbas tem o objetivo de cumprir promessas de campanha e pavimentar o caminho para a reeleição do prefeito ou para alavancar um sucessor.

“Os prefeitos atuais vão tentar sobreviver. Deve haver um êxodo de prefeitos de partidos tradicionais para partidos mais novos, que estão mais populares. E vão ser eleitos, em 2020, prefeitos desses partidos mais novos”, concorda Maurício Bugarin, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB).

Bugarin é autor de uma tese precursora sobre as transferências partidárias, ou seja, o fato de que repasses de verbas não obrigatórias tendem a manifestar uma preferência partidária. Prefeitos aliados do governador costumam receber mais recursos.

“Prefeitos vão começar desde agora a se aproximar mais do partido do presidente ou do governador, seja oficialmente ou indiretamente, para tentar conseguir um pouco desse benefício”, diz.

Avelino lembra que 70% das prefeituras do país têm até 20 mil habitantes e pouca capacidade de arrecadação. Embora o fenômeno das transferências seja mais significativo em estados mais ricos, mesmo os prefeitos de estados pobres tendem a recorrer ao governador.

“O governador ainda é um intermediário importante para acessar os recursos federais, para representar os prefeitos em Brasília”, afirma o professor da FGV.

Segundo as pesquisas de Bugarin, as transferências partidárias dificultam a competição eleitoral porque os eleitores tendem a votar em prefeitos alinhados com governador e presidente visando mais recursos e vice-versa.

Em 2018, no entanto, o professor diz que o desejo de mudança foi prioridade em relação ao continuísmo.

“Esse esforço nacional contra a corrupção desacreditou demais o universo político aos olhos dos eleitores, que deixaram de se preocupar com as transferências voluntárias.”

Partidos tradicionais viram o casamento entre seus prefeitos e governadores perder força. A proporção de prefeitos aliados caiu de 30% a 40% para siglas como PT, MDB, PR e PSD. Para PSDB, PP e SD, a queda foi de cerca de 25%.

Bugarin avalia que o movimento de mudança promovido pelo eleitorado continuará na eleição de 2020 e, somado ao estímulo das transferências voluntárias, tende a fazer com que os partidos tradicionais percam terreno.

“O eleitor vai escolher o prefeito que vai permitir receber mais transferências voluntárias —alguém do partido do presidente ou do governador.”